Podcast de reportagem sobre os Direitos – Episódio 5:

O direito aos serviços e programas de habilitação e reabilitação

**Locutora1:** [00:00:00] Este podcast é apoiado pelo Programa Direitos, Igualdade e Cidadania da União Europeia.

**Neven Milivojevic:** Bem-vindo ao podcast de Reportagem sobre os Direitos. Este é um programa que visa melhorar os direitos dos cidadãos com deficiência visual na Europa. O meu nome é Neven Milivojevic e vou apresentar o episódio de hoje. Hoje vamos debruçar-nos sobre os importantes direitos de acesso à habilitação e reabilitação. A habilitação é geralmente referida como um processo que visa ajudar as pessoas a adquirir novas competências, habilidades e conhecimentos. Por seu lado, a reabilitação geralmente refere-se à recuperação de competências, habilidades ou conhecimentos que podem ter sido perdidos ou ficado comprometidos em consequência de uma deficiência adquirida, ou talvez também devido a uma alteração na nossa deficiência ou circunstâncias. O direito está claramente contemplado na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e mais especificamente no artigo 26º. Bem, infelizmente, as visões políticas nem sempre se tornam em realidade e vemos que, muitas vezes estes direitos não estão garantidos. Hoje vamos falar com duas especialistas neste tema, uma delas de Espanha e outra da Lituânia. E vamos ouvir mais sobre barreiras e desafios, mas também sobre possibilidades e ferramentas para soluções. Mas vamos primeiro ouvir a história de Conchi Blocona, que é formadora de reabilitação na oganização espanhola ONCE e que nos vai falar de uma mulher chamada Belén.

**Conchi Blocona:** O meu nome é Conchi Blocona, formadora de reabilitação na ONCE e também da Belén. Vou falar sobre o caso dela.

De fato, ela é um exemplo de tenacidade e luta para superar as vicissitudes pessoais e sociais que teve que viver. A Belén é uma pessoa que, desde criança e devido à grave deficiência visual que tinha, se filiou na ONCE e foi para uma escola regular, mas para acompanhar as aulas como os demais colegas tiveram que se considerar algumas questões, para garantir que a sua educação inclusiva fosse real e eficaz.

Muitas das medidas a implementar foram:

• Ela sentava-se na primeira fila da turma, para poder utilizar da melhor forma possível o seu resíduo visual e acompanhar as aulas.

• Os gráficos, mapas e imagens eram de um tamanho maior.

• Os professores davam instruções verbais para promover a sua inclusão e socialização com todos os alunos.

Mas nem sempre estas medidas foram implementadas e ela teve que aprender a gerir as suas emoções e sentimentos de incerteza e até rejeição, desde pequena. Em relação à sua família, ela foi integrada pelos pais e pela irmã mais velha. Nenhum membro da família, para além dela, tinha deficiência visual. Isto obrigou-os a adaptar-se e a integrar a deficiência visual nas suas vidas e no seu ambiente. Em relação à sua formação de adultos, ela estudou fisioterapia numa universidade pública, ultrapassando as barreiras físicas e a barreira de uma sociedade passiva que tolera muitas vezes a exclusão. Em relação ao seu trabalho, quando terminou os estudos, começou a trabalhar em diferentes clínicas e centros hospitalares. Depois de alguns anos a fazer isto, ela candidatou-se aos exames oficiais, para trabalhar como fisioterapeuta. Uma vez aprovada, ela candidatou-se ao seu lugar, reconhecendo que é uma pessoa com deficiência e que foi colocada num hospital onde precisava de se deslocar entre e dentro de diferentes edifícios.

As adaptações razoáveis necessárias para este trabalho, tendo em conta os problemas que ela pudesse ter, foram implementadas pela ONCE de forma a garantir o acesso ao hospital e consistiram nas seguintes medidas:

* Um relatório escrito avaliando as barreiras físicas do hospital para as eliminar, como: marcar as escadas, os elevadores, os vãos com declives.
* Além disso, identificar visual e sonoramente a cabine dos elevadores e ter uma iluminação adequada.
* Remover os obstáculos na área de passagem.
* Em relação à adaptação razoável no local de trabalho, os instrumentos e dispositivos da terapeuta foram adaptados devido à falta de design acessível e, além disso, recomendou-se a elaboração de um mapa visual e tátil do hospital.

Que dificuldades encontrou Belén neste trabalho concreto?

* A modificação contínua das áreas de trabalho dentro do hospital sem resolver os problemas de acessibilidade do ambiente.
* Ao mesmo tempo, encontrou limitações pessoais, porque ela foi excluída pelo ambiente social/labotal e teme que não a inclua, sendo subestimada e superprotegida e até rejeitada devido à sua deficiência.
* Barreiras, obstáculos, estereótipos e equívocos que levam a decisões erradas devem ser eliminados. É preciso eliminar barreiras criadas muitas vezes pela omissão dos responsáveis.
* A barreira criada por uma sociedade passiva que permite essa exclusão em vez de assumir a anormalidade como normal e a tentativa contínua de tratar os desiguais como iguais.

Quando um trabalhador com deficiência convive com profissionais que não a possuem, embora seja necessário fazer ajustes, a deficiência pode ficar para segundo plano. E é aí que o talento, a habilidade e as competências prevalecem. Assim o trabalhador com deficiência atinge a plenitude da sua atuação e os restantes trabalhadores eliminam a multiplicidade de barreiras e preconceitos. A deficiência é normalizada.

**Neven Milivojevic:** Gostaria de dar as boas-vindas às nossas duas convidadas do podcast de hoje. Temos connosco Bárbara Martin Muñoz, que é a segunda vice-presidente da União Europeia de Cegos. Bem-vinda, Bárbara.

**Bárbara Martín Muñoz:** Obrigada. Bom dia.

**Neven Milivojevic:** Bom dia. E também temos Irma Jokstyté, vice-presidente da Associação Lituana para Cegos e Deficientes Visuais. Muito bem-vindo. Irma.

**Irma Jokstyté:** Obrigada. Olá a todos.

**Neven Milivojevic:** Então Bárbara, o que é que acha da história de Belén? E mesmo que ela tenha sido bem-sucedida de várias maneiras, reconhece os desafios que ela enfrentou? Como descreveria a situação em Espanha hoje e o que pode ser feito?

**Bárbara Martín Muñoz:** Eu acho que o caso de Belén é um dos muitos exemplos de perseverança e mostra uma atitude positiva perante a vida, por mais difícil que tenha sido. E realmente foi um grande exemplo e, infelizmente, morreu há dois anos. Ela era uma utilizadora da bengala branca, mas também tinha um cão-guia trazido de Rochester nos EUA, o que mostra a sua determinação pela autonomia e mobilidade. E isto siginificava que ela precisava de uma reabilitação constante. Isso pressupunha tanto a reabilitação para a vida como para o trabalho. Na realidade, a sua perseverança e paciência foram os fatores decisivos para enfrentar situações complicadas e ultrapassar barreiras que, aparentemente. pareciam de alguma forma intransponíveis. O maior desafio para ela, diria eu, foi ter que demonstrar constantemente que era capaz de desempenhar o seu trabalho, porque longe de se presumir fazê-lo como é o caso das pessoas sem deficiência, no caso dela as questões relevantes eram os impedimentos para o fazer, ignorando o essencial: a sua competência e a capacidade para fazer o seu trabalho como qualquer outra pessoa. Quero dizer com impedimentos, a esse propósito, aqueles que foram alegados por pessoas com preconceitos, atitudes e resistências injustificáveis.

Em relação à situação em Espanha, estava-me a perguntar? Bem, acho que a Belén teve muita sorte porque ela podia estudar e trabalhar naquilo que ela gostava. Mas, infelizmente, este não é o caso, normalmente. Como sabe, em Espanha, a ONCE faz um ótimo trabalho e o movimento espanhol da deficiência em geral está unido, forte e muito ativo, articulando-se com o governo a nível local, regional e nacional. Mas isto não é o suficiente. Ainda precisamos de aumentar a consciencialização sobre como é que a habilitação e a reabilitação são cruciais para alcançar a nossa real igualdade de oportunidades na educação, no trabalho, na participação na vida pública. Ah, sim, eu sei que se pode perguntar, se de facto precisamos de fazer isto no século 21, quando a CDPD que mencionou está em vigor? E, infelizmente, a resposta é sim precisamos e devemos fazer isto! Temos que fazer isto.

**Neven Milivojevic:** Sim. Bem, e também, como diz, a ONCE é uma associação muito forte e ainda há muito para fazer. Então, Irma, como está a situação na Lituânia, quando se trata de reabilitação? Quero dizer, como tentam enfrentar os desafios?

**Irma Jokstyté:** Bem, a Associação de Cegos e Deficientes Visuais da Lituânia também é bastante forte na sua atuação, mas nós somos uma ONG e claro que temos os nossos limites e precisamos de um apoio maior do próprio Estado, porque acho que somos o único país que presta os serviços de reabilitação através de contratos públicos. O que é que significa isto? Significa que não temos nenhum sistema, nenhum sistema regular. E todos os anos as pessoas formam grupos, por exemplo, para reabilitar alguns participantes que perderam a visão. Mas ninguém sabe quem vai prestar o serviço este ano. E isto significa que a contratação pública tem que ser feita. E depois eles [grupos] extinguem-se automaticamente. A organização financiada terá que encontrar os recursos, os especialistas, todas as ferramentas necessárias e assim por diante. E é claro que não se pode obter um resultado muito eficaz com esse tipo de ferramentas de organização. Mas a Lituânia está a fazer o melhor que pode, ou talvez possamos sempre fazer mais, mas estamos a tentar fazer essas mudanças e a olhar para as experiências de outros países. Espero que optemos pelas soluções necessárias. E, na verdade, no momento em que este podcast está a ser gravado, as reuniões e debates sobre como melhorar esse sistema devem-se estar a realizar. Outro problema muito importante é que temos uma grande falta de professores especialistas, formadores que possam dar uma ajuda profissional e que possam consultar e fazer essas formações adequadamente. E assim, como vamos motivar alguém a estudar reabilitação? Digamos que para as pessoas cegas ou com baixa visão, quando a comunidade é tão pequena, é claro, numa pequena comunidade é muito mais difícil trabalhar de forma eficaz.

Mas um outro problema é que não conseguimos os contatos das pessoas que precisam da nossa ajuda, da nossa organização e nós, como pessoas que conhecemos muito bem a situação e tendo contatos com todos os melhores especialistas, queremos apoiar as pessoas, mas, sabe, eles não vêm ter connosco quando necessitam. Então, digamos que eu tenho alguns amigos que perderam a visão. E, sabe, o médico disse-lhes, “Tudo bem, não podemos dar mais nenhuma ajuda médica. Agora pode ir para casa”. E eles vão para casa. Eles não são direcionados para nenhuma organização. E se alguém não lhes diz ou se eles não são ativos o suficiente ou corajosos o suficiente para encontrar a informação por si mesmos, sobre como as pessoas cegas vivem. E assim, demoramos muito tempo para os encontrar e dar-lhes as ferramentas necessárias para que eles possam recuperar a sua vida. Porque esta necessidade de fazer as pessoas entender, o valor de uma reabilitação adequada, que significa recuperar a sua capacidade de ser uma parte igual e efetiva da sociedade. E é isto que estamos a tentar conseguir na Lituânia, a ter pelo menos um sistema estável que funcione todos os anos, que esteja disponível e esteja disponível em todas as partes do país, porque nas cidades há uma situação e um acesso à informação e fora dos grandes centros urbanos, a situação é diferente. Portanto, a nossa associação de ONGs está a cobrir quase todo o país. Mas é claro que é triste que tenhamos que fazer isto sozinhos com pouco apoio do Estado.

**Neven Milivojevic:** Bem, sim. E, claro, isto tradicionalmente não é uma tarefa tão fácil na Lituânia como tem sido talvez na Europa Ocidental, onde desenvolveram os seus sistemas de reabilitação da mesma maneira, embora estejam a construir estruturas. Mas como é, por exemplo, se olharmos para o acesso a produtos e tecnologias de apoio, como diria que é na Lituânia?

**Irma Jokstyté:** Este ano, 2022, tivemos mudanças neste sistema. Assim, o acesso foi ampliado com novas tecnologias que poderiam ser compensadas pela nossa organização. É muito bom. Além disso, algumas mudanças ocorreram no financiamento dos produtos e das tecnologias necessárias. O problema é que ainda, sabe, para nós e para as pessoas com deficiência visual, ainda são muito caros. Se conseguir uma bengala branca com um financiamento integral, tudo bem. Mas, por exemplo, se quiser ter um telefone, um telemóvel e usar as suas funcionalidades para as suas aplicações de apoio, vai receber do Estado € 200, ou algo assim. Tens de adiantar os fundos próprios neste valor mais o restante. Assim, digamos que se eu estiver a utilizar um iPhone e achar que este é o único telefone útil para a minha situação, eu preciso, sabe, de encontrar [meios próprios] para aproveitar esta oportunidade. E a mesma coisa acontece com todos os produtos. Digamos que, se as pessoas não puderem usar a síntese de voz, quando precisarem de uma linha Braille, ainda terão que pagar muito para obter a linha Braille. E, sabe, elas geralmente têm que comprar o produto primeiro e só depois serão reembolsados: o que também é muito preocupante. Por isso, estamos a tentar mudar o acesso. O acesso à tecnologia e as infraestruturas tecnológicas na Lituânia são muito bons. Somos capazes de aceder aos dispositivos. Talvez ainda, sabe, haja uma necessidade de especialistas que combinem a mobilidade com esses dispositivos de apoio, porque aqui e agora, na maioria das vezes, as pessoas aprendem mobilidade separadamente do uso dos dispositivos de apoio, porque estes formadores que temos, eles são muito bons a ensinar técnicas de mobilidade da bengala branca e a ensinar os percursos e assim por diante. Mas eles não têm esta experiência de integrar os dispositivos de apoio para estes programas. Estes assuntos são ensinados separadamente. E mais uma vez, precisamos de tornar a educação mais abrangente.

**Neven Milivojevic:** Compreendo. Então já falámos um pouco sobre como está a situação, mas também é interessante para nós neste podcast olharmos para as diferentes estruturas políticas. E quero dizer, Bárbara, eu sei que é realmente uma especialista da CDPD, a Convenção das Nações Unidas. O que diria? Esta é uma ferramenta útil para melhorar a situação na Europa e em Espanha? E como podemos utilizar isto como uma ferramenta?

**Bárbara Martín Muñoz:** Ah, sim, eu acho que é a melhor ferramenta que poderíamos ter, porque é a primeira convenção de direitos humanos deste século. É um compêndio de direitos mínimos. Isto significa que, se houver legislação nacional que vá para além da CDPD, esta poderá ser aplicada sem a infringir. Isto é raro, mas sejamos justos, às vezes acontece. Define pela primeira vez o que são pessoas com deficiência no quadro internacional e isto é fundamental. Deixe-me ler-lhe. Quem são aquelas? São aquelas que possuem deficiências físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais de longa duração, cuja interação com diversas barreiras pode restringir a sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições. Esta definição é fundamental e precisa de ser recordada para evitar abordagens paternalistas em questões de deficiência. Assim, a CDPD deve ser interpretada de forma a maximizar plenamente o potencial dos direitos concedidos na perspectiva dos direitos humanos. Possui um mecanismo de monitorização composto por um Comité, que inclui pessoas com deficiência, incluindo pessoas com deficiência visual de todo o mundo. Os Estados Partes da CDPD têm de relatar a forma como estão em conformidade com a Convenção, dois anos após a sua entrada em vigor. E, depois, de quarto em quatro anos. A sociedade civil, especificamente as pessoas com deficiência e os representantes de organizações, têm um papel ativo na monitorização ou na monitorização desta Convenção e podem apresentar o que é chamado o Relatório Sombra. O Protocolo Facultativo também faz parte da Convenção, mas é voluntário e quando ratificado, permite que as pessoas com deficiência, individualmente ou em grupo, reportem diretamente ao Comité, se considerarem que existem direitos previstos na Convenção que não estão a ser garantidos em alguma situação específica. E isto é muito relevante porque a CDPD desde o início foi feita para ser aplicada. Mas infelizmente, nem sempre é. As pessoas com deficiência enquanto indivíduos, ou os seus representantes, ou as organizações, estão cientes do seu potencial e o que é mais importante, do seu conteúdo vinculativo.

**Neven Milivojevic:** Muito interessante. Então, diria que o maior desafio é, na verdade, a implementação por parte do Estado, ou é um desafio tão grande que as pessoas realmente não relatam os desafios que poderiam estar relacionados com a CDPD?

**Bárbara Martín Muñoz:** Eu diria que ambos. Quero dizer, eles são muito relevantes. É a primeira vez que os indivíduos podem dar a conhecer ao Comité, que há algo que realmente não está a funcionar ao nível nacional, regional e local e também a importância de ter pessoas com deficiência a fazer parte de todo o processo. E é fundamental a nível nacional que todas as administrações públicas estejam cientes disto, porque se não o utilizarem, não estão a cumprir uma obrigação que têm. Por isso, eu diria os dois em conjunto.

**Neven Milivojevic:** Muito aceitável. Outro tema que queríamos

abordar hoje, na verdade, é o da habilitação, Irma, sabemos que a habilitação também tem um papel crucial. Como trabalham isto na Lituânia?

**Irma Jokstyté:** Bem, claro, o principal problema aqui é que, na maioria das vezes, não temos processos de habilitação e reabilitação realmente separados. Quer dizer, eles até habilitam crianças, mas ainda lhes chamam reabilitação. E há este mal-entendido. E a outra questão é que só as crianças que estão na cidade tendem a ter uma habilitação adequada ou, digamos, que não é uma habilitação, mas pelo menos podem frequentar uma horta infantil, o que realmente compensa bastante, porque se a criança tem vida social, tem acesso à vida social, tem a possibilidade de participar em algumas atividades. Isto é muito importante. Enquanto que, as crianças que moram nas cidades mais pequenas e eles e os seus pais não os querem trazer para a jardim de infância regular e assim são deixadas em casa onde são educadas e não têm forma de obter alguma habilitação. E é de uma importância crucial, porque se as crianças com visão adquirem essas competências principais em casa, como cuidar de si mesmas, como arrumar a casa e assim por diante, as crianças cegas geralmente são superprotegidas pelos pais e o processo de habilitação deveria incluir não apenas as crianças, mas também os seus pais.

E mais uma vez, é muito difícil chegar às pessoas e reagir a tempo, porque o maior problema na Lituânia é a transparência das estatísticas e da informação e a transferência da informação, já que as instituições capazes disponibilizariam atempadamente o apoio apropriado. Mas é compreensível, sabe, quando há tão poucas pessoas, é realmente muito mais difícil fazer a mudança, sabe? E quando chegamos aos políticos e dizemos “Olá, por favor, faça a sua parte”, eles dizem, “Quantos precisam disso?” E nós somos, digamos, 50 crianças pelo país, aqueles que precisariam de habilitação. Eles não vão olhar para isto a sério. Mas não importa quantos, mesmo que fosse uma só pessoa seria muito importante fornecer o apoio necessário. Porque se não se fornece a habilitação, se não se dá à pessoa uma grande parte da vida dela, porque é muito mais difícil treinar esta competência quando é adulto, quando já está fora do mundo da educação.

**Neven Milivojevic:** Exatamente. Mas se olharmos para o que a Bárbara estava a dizer antes, considera que o seu governo os ouve quando referem a Convenção das Nações Unidas e falam sobre os deveres que eles assinaram?

**Irma Jokstyté:** Bem, na Lituânia, temos um fórum de organizações de pessoas com deficiência. Está realmente a representar ativamente a Convenção das Nações Unidas, a CDPD da ONU. E realmente ajuda muito. E também nós, como ONGs, trabalhamos muito para aceder aos ministérios e políticos e estamos felizes que, sabe, estes nos ouçam. Eles tentam pelo menos reagir às nossas necessidades. Se temos sucesso, é outra pergunta e outra questão. Mas, sim, juntamente com outras organizações podemos fazer mais, naturalmente, porque se nos limitarmos apenas à perspectiva das pessoas cegas, não teremos uma reação rápida. Mas se encontrarmos mais parceiros, o que estamos a fazer neste momento, poderemos ver as mudanças.

**Neven Milivojevic:** Fantástico. Muito obrigado Irma. Então Bárbara, estamos quase no final do nosso podcast, mas eu gostaria de lhe perguntar como vê o trabalho da habilitação em Espanha e se tem algum comentário sobre um exemplo de um trabalho bem-sucedido em relação a isso.

**Bárbara Martín Muñoz:** Bem, em Espanha, acreditamos que nada deve ser dado como certo e sabemos que foi preciso muito esforço e tempo para chegar onde estamos agora. Por isso é que avaliamos muito positivamente o que a ONCE faz. A ONCE presta os seus serviços sociais assim que toma conhecimento através da família, da cegueira ou deficiência visual grave de uma criança. E não é só para o bebé ou criança, mas também para os pais que precisarão de aprender a lidar com a cegueira sem superproteção, por exemplo, por meio de apoio psicológico entre muitos outros. Acreditamos que as pessoas cegas e com baixa visão são alunos regulares e, por isso, vão para escolas regulares. Eles recebem o apoio de profissionais da ONCE que também dão algumas orientações aos professores para garantir que o aluno não apenas acompanhe a aula, mas que também brinque com outras crianças e receba um tratamento igualitário. Tudo isso é feito disponibilizando todo o tipo de apoio, técnico ou não, para aceder aos materiais didáticos e para que os alunos concluam os seus estudos na universidade. Quando nos referimos ao trabalho, por exemplo, a ONCE também apoia a administração pública ou empresas privadas a disponibilizar a adaptação razoável para os trabalhadores cegos e com baixa visão, que possam precisar e são encaminhados para apoios ópticos específicos ou leitores de ecrã, por exemplo. Depois de muitos anos a fazer isto, a ONCE sabe o que fazer, como e quando. Sem esquecer que cada pessoa é diferente e que pode ser necessário adaptar o procedimento para garantir a melhor reabilitação possível para ela ou para ele.

**Irma Jokstyté:** Desculpe, posso fazer-lhe uma pergunta rápida Bárbara?

**Bárbara Martín Muñoz:** Sim.

**Irma Jokstyté:** Mas vocês não têm problemas em aceder a informações sobre pessoas que perderam a visão? Elas chegam facilmente à vossa organização?

**Bárbara Martín Muñoz:** Sim, temos uma reabilitação não só visual, mas quando nos referimos ao acesso à informação, estamos muito preocupados com isso. E isto dá-me a oportunidade de mencionar o Tratado de Marraquexe para facilitar o acesso às obras publicadas às pessoas cegas, com deficiência visual ou com outras dificuldades para aceder ao texto impresso, onde a ONCE tem a honra de partilhar a sua biblioteca com mais de 50.000 obras em formato acessível, Braille e áudio. Para que, não só a criança, mas também a partitura musical e outros tipos de documentos, seja de lazer ou para os investigadores universitários e assim por diante, possam ser partilhados com outros países que podem não ter as possibilidades económicas de o fazer. Por isso, estamos realmente preocupados com o acesso à informação em todas as áreas. Também na saúde, do ponto de vista da saúde, quando vamos ao hospital ou se precisamos de ir a um tribunal e como fazer isso. Além disso, trabalhamos muito arduamente nisso também.

**Irma Jokstyté:** Certo. Exatamente.

**Neven Milivojevic:** Mas Bárbara, vocês têm uma delegação de competências do Estado para fazer isto? Porque eu acho que a pergunta estava relacionada com “Como chegam às pessoas com deficiência visual’”

**Bárbara Martín Muñoz:** Sim, porque em Espanha somos a única organização que presta serviços especificamente para pessoas cegas e com baixa visão. Por isso, isto é algo que o Estado nos deixa fazer, porque podemos assegurar isso, porque temos a nossa lotaria. Assim, com o dinheiro que ganhamos com a venda da lotaria, prestamos serviços sociais. Por isso, quando nasce um bebé cego num hospital, normalmente eles informam a família que tem que se dirigir à ONCE para aí avaliarem se o problema é severo, A ONCE pode ajudar uma pessoa a lidar com todo o tipo de situações. Pelo menos no caso de crianças, já que a ONCE disponibiliza algum tipo de apoio a quase todas as crianças para garantir que elas possam lidar com a deficiência e possam ir à escola, como eu disse antes.

**Neven Milivojevic:** Sim. Bem, muito obrigado a ambas por terem participado neste podcast. Agradeço também a todos os que estiveram a ouvir o podcast de reportagem sobre os direitos. Este programa faz parte do projeto europeu PARVIS e este projeto é coordenado pela União Europeia de Cegos, a Associação Sueca de Deficientes Visuais e a Eye Association dos Países Baixos. E este projeto é apoiado pelo Programa Direitos, Igualdade e Cidadania da União Europeia. Gostaria de saber mais? Pode encontrar os detalhes dos contactos nas notas do programa. Obrigado também ao Emil Cornelisse, que é o nosso técnico de som a trabalhar nos Países Baixos. O próximo episódio deste podcast será transmitido dentro de cerca de dois meses, por isso não se esqueça de nos subscrever na sua app de podcasts, ou visitar o nosso website. Até lá, desejo-lhe tudo de bom.

**Locutora:** [00:32:19] Este podcast foi apoiado pelo Programa Direitos, Igualdade e Cidadania da União Europeia.

FIM DO DOCUMENTO